



1 **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA**
2 **BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA – BAHIA**

3
4 Às 09h30 do dia 14 de julho 2021, na plataforma digital *Teams*, ocorreu a 8ª Reunião
5 Ordinária do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Bahia / CERBMA-
6 BA. Estiveram presentes os membros abaixo listados e convidados para discutirem a
7 seguinte pauta: 1) Leitura e Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Informes sobre as
8 ações do CERBMA-BA; 3) Apresentação dos encaminhamentos do Grupo de Trabalho GT -
9 Proposta do Observatório de Áreas Protegidas - Bahia; 4) Apresentação dos
10 encaminhamentos da Câmara Técnica de Assuntos Interinstitucionais - CTAIN - Reativação
11 do Subcomitê do Recôncavo Sul da Bahia; 5) Palestra - Planos Municipais da Mata
12 Atlântica: Importância, objetivos e ações; 6) Outros informes e; 7) o que ocorrer. Adriana
13 Castro (SCBRMA-LN) cumprimentou todos e deu as boas-vindas. Lembrou que a última
14 reunião ocorreu há algum tempo e esclareceu que nesse tempo houve reuniões de trabalho
15 de Câmara Técnica e Grupo de Trabalho. Antes de ler os pontos da pauta, comunicou que
16 Miriã não está mais na coordenação da SECEX e registrou seu agradecimento ao trabalho
17 desenvolvido por ela e todo o apoio da equipe da SECEX ao funcionamento do Comitê.
18 Aproveitou a oportunidade para agradecer o apoio dado pelo Secretário João a reativação
19 do CERBMA-BA. Renato Cunha (GAMBÁ) reforçou os agradecimentos feitos por Adriana.
20 No primeiro ponto de pauta “**Leitura e Aprovação da ATA**”, Adriana explicou que com as
21 mudanças ocorridas na SECEX não foi possível finalizar a elaboração da ATA. Em seguida,
22 tratou dos **informes** explicando que houve a publicação da Resolução CERBMA-BA
23 02/2021 que instituiu a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais – CTAI que tem tocado a
24 demanda de reativação dos subcomitês. Fez a leitura da resolução e explicou que a CTAI
25 iniciou suas atividades na reunião que ocorreu em 09 de junho de 2021. Informou, ainda,
26 que houve a publicação da resolução 03/2021 que instituiu o Grupo de Trabalho para
27 elaboração da proposta de criação do Observatório de Áreas Protegidas do Estado da
28 Bahia. Lembrou que a Câmara Técnica é instituída de modo permanente para trabalhar
29 assuntos diversos dentro do comitê. E o grupo de trabalho tem um objetivo específico e um
30 tempo específico de funcionamento. Nesse caso, como o caráter é transitório, a Resolução
31 do GT já apresenta os integrantes nomeados: Adriana Castro representando o Sub Comitê
32 do Litoral Norte, Leonardo representando a SEMA, Mara representando o INEMA, Renato
33 representando o GAMBÁ, Moacir representando a UCSal e Fábio representando o Parque



34 Klaus Peters - Mata de São João. A coordenação do grupo de trabalho para cumprimento de
35 objetivos estabelecidos poderá convidar técnicos que possam contribuir com o
36 desenvolvimento dos trabalhos, solicitar informações a qualquer órgão de entidade
37 administrativa, definir as atribuições de cada um dos participantes. Caberá ao grupo de
38 trabalho apresentar um relatório final dos trabalhos na reunião da plenária do comitê,
39 podendo ser extinto com o cumprimento de sua finalidade. Assim, o grupo de trabalho foi
40 criado e teve a sua primeira reunião no dia 12 de maio de 2021. Adriana informou que, entre
41 os dias 24 e 29 de maio de 2021, ocorreu o evento em comemoração a semana da mata
42 atlântica. Então tivemos muitos acontecimentos como, por exemplo, a continuidade do
43 plantio de árvores nativas da mata atlântica nos bosque da memória que é uma ação que
44 tem sido feita pela RBMA com parceria de diversas instituições em homenagem às vítimas
45 do COVID 19. Também foram realizadas palestras , entrega dos prêmios Muriqui 2020 e
46 2021 destacando a premiação ao Parque das Dunas em Salvador. Dando sequência a
47 análise dos pontos da pauta, Adriana inverteu o ponto de pauta devido à instabilidade do
48 acesso a internet do Professor Moacir e pediu a Renato que falasse sobre as **atividades da**
49 **Câmara Técnica de Assuntos Interinstitucionais** com o apoio a criação dos subcomitês.
50 Renato explicou que a proposta da CTAI foi de apoiar a criação do Subcomitê do Recôncavo
51 Sul por já haver uma mobilização iniciada. Lembrou que esse subcomitê funcionou por um
52 tempo, mas acabou se desmobilizando e apresentou as instituições que estão envolvidas
53 nesse momento: pelo Poder Público tem a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de
54 Castro Alves; Secretaria de meio Ambiente de Amargosa, Secretaria de Desenvolvimento
55 Econômico e Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus e a Escola Estadual Pedro Calmon
56 de Amargosa. Pela Sociedade Civil tem a ACEMA – Associação de Ciclismo e Mobilização
57 Ambiental de Castro Alves; GANA – Grupo Ambientalista Nascente de Santo Antônio de
58 Jesus; GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia; Associação Ambiental Guarirú - Elísio
59 Medrado; RPPN Guarirú de Varzedo; UFRB Campus Amargosa. Informou que as
60 representações têm que ser paritário, mas ainda não tiveram as confirmações de mais 02
61 representações do Poder Público apesar de vários contatos. Falou sobre as pessoas que
62 estão representando essas instituições, faltando só o suplente da Escola Estadual Pedro
63 Calmon - Amargosa do Poder Público e da Sociedade Civil os representantes da UFRB
64 Campus Amargosa que confirmaram a participação, mas não informaram os nomes. Será
65 estabelecido como convidado permanente o Ministério Público na promotoria ambiental de
66 Santo Antônio de Jesus com o promotor Julimar. Esclareceu, ainda, que a estratégia será



67 de apoiar a reativação de subcomitês no sul e extremo sul do Estado por ter instituições que
68 já demonstraram interesse em compor esses subcomitês. Finalizada essa apresentação, foi
69 possível tratar do 3º ponto da pauta e Adriana explicou que o Grupo de Trabalho vem se
70 reunindo sob a coordenação do Professor Moacir (UCSal) que foi quem iniciou a proposta de
71 criação do Observatório de Áreas Protegidas da Bahia. Moacir falou sobre a primeira reunião
72 do grupo de trabalho composto por ele, Renato, Adriana, Mara e Leonardo e foi elaborado
73 um formulário piloto para submeter aos gestores das unidades de conservação visando
74 coletar informações acerca das condições de ameaças e impactos, gerir e organizar as
75 questões relativas às unidades de áreas protegidas do Estado da Bahia, nessa mesma
76 reunião foi delimitado qual região seria abordada, e foi definido inicialmente abordar a região
77 do litoral norte e Agreste da Bahia, selecionar algumas unidades de conservação nesse
78 território. Sobre o formulário após serem copiladas as contribuições dos diversos membros
79 em um único formulário para ser aprovado na próxima reunião do grupo de trabalho e
80 encaminhado para as unidades de conservação delimitadas. Moacir sugeriu convidar a
81 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA que tem uma câmara técnica
82 que lida com as questões relativas à educação ambiental em unidades de conservação no
83 estado da Bahia, onde indicaram dois membros titulares da CIEA para participar como
84 convidados do GT e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
85 que lida com as questões relativas as Unidades de Conservação e Geoprocessamento e
86 também indicaram membros para participar do grupo de trabalho como convidados. Anara
87 da Coelba aceitou o convite de Moacir para integrar o grupo de trabalho do Observatório
88 pensando em iniciativa privada por não terem representantes. Finalizada a discussão sobre
89 o Observatório Renato convidou Mário Mantovani e Beloades Monteiro, membros do SOS
90 Mata Atlântica, para falarem sobre os **Planos Municipais da Mata Atlântica: Importância,**
91 **objetivos e ações.** Mario Mantovani agradeceu a oportunidade e iniciou sua fala reforçando
92 a importância da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na discussão sobre a Convenção da
93 Biodiversidade – CDB. Explicou que os Planos Municipais estão previstos na Lei da Mata
94 Atlântica e são fundamentais para que a Lei seja aplicada. Lembrou que a Mata Atlântica é
95 entendida, pela Constituição Federal, como patrimônio nacional e há regulamentação
96 específica para cada Estado respeitando as características de cada lugar. Lembrou que no
97 Atlas da Mata Atlântica produzido pelo SOS Mata Atlântica não é um mapeamento do bioma,
98 mas um mapeamento de aplicação da Lei no bioma de fragmentos de mais de 100 hectares.
99 Nesse sentido é importante que os planos municipais trabalhem com corredores ecológicos.



100 Falou da oportunidade de aproveitar que o Brasil assinou acordo internacional se
101 comprometendo a restaurar 12 (doze) milhões de hectares de Florestas e 50 (cinquanta)
102 milhões de hectares de pastagens para trabalhar os Planos Municipais da Mata Atlântica.
103 Reafirmou que, dessa forma, estariam cumprindo a Lei da Mata Atlântica, a Lei de
104 Biodiversidade e o Código Florestal. Mantovani apresentou um esquema mostrando como a
105 questão da Mata Atlântica precisa de um planejamento territorial que tenha a participação e
106 apoio da sociedade. Nesse planejamento territorial cabe ao Governo Federal e Governos
107 Estaduais que devem definir diretrizes e metas e promover ações que apóiem a
108 implementação da Lei que acaba ocorrendo no nível local, ou seja, acaba sendo
109 competência dos Governos Municipais e o Plano Municipal contribui com essa execução.
110 Informou que o Plano Municipal de Mata Atlântica foi instituído pela Lei Federal nº 11.428, de
111 dezembro de 2006, em seu Art. 38 e regulamentado pelo Cap. XIV do Decreto Federal nº
112 6.660/2008. Finalizou sua apresentação tratando das articulações possíveis e sobre o que
113 deve estar contemplado nos Planos Municipais apresentando exemplos pelo Brasil.
114 Beloades Monteiro falou sobre os Editais dos Planos Municipais que o recurso não é grande,
115 mas apóia e fomenta os planos municipais, teve a adesão de algumas organizações da
116 Bahia. Renato salienta que os municípios da Bahia são do Extremo Sul. Beloades Monteiro
117 sugeriu como pauta o resgate do Fundo de Restauração Florestal, falou enquanto rede da
118 mata atlântica que lutou pela implementação. Disse que seria uma forma de estimular os
119 municípios a elaborar seus planos. Ianara da Silva (COELBA) faz a apresentação do mapa
120 de aplicabilidade da Lei da Mata Atlântica. Moacir falou sobre o lançamento em Julho de
121 2021 da expedição para Restinga do Brasil e sua sugestão sobre criar uma discussão sobre
122 esse assunto. Em **Outros informes e no que ocorrer**, não houve nada a ser tratado e a
123 reunião foi encerrada. Esta ata será encaminhada a todos os membros do CERBMA-BA
124 para inclusão de suas considerações em meio eletrônico, sendo aprovada na plenária do
125 Comitê. Estiveram presentes na reunião:

126

127 (22) Pessoas

128 Adriana Lúcia Batista de Castro – SCBRMA-LN/INEMA

129 Arielle Caiena – Associação Ambiental Guarirú

130 Arisvaldo Queiroz Lisboa - FETAG

131 Aline Valeria Archangelo – MP

132 Beloades Monteiro (Convidado)



- 133 Fábio Lima Braga de Jesus/SCRBMA
- 134 Ianara da Silva Reis– COELBA
- 135 Yuri Lopes de Mello (Convidado)
- 136 Jorge Tadeu de Souza – SCRBMA - LN Bensal do Brasil
- 137 Leonardo Santana Marques – SEMA
- 138 Luiz Fernando Galvão - FIEB
- 139 Márcia Helena Engel Coitinho - Subcomitê do Litoral Norte
- 140 Mario Mantovane (Convidado)
- 141 Mariana Stefanelli Mascarenhas – SECEX/SEMA
- 142 Rosa Helena (Convidada)
- 143 Matheus Andrade – RPPN GUARIRÚ (Convidado)
- 144 Jéssica Bittencourt – SEDEMA SAJ (Convidada)
- 145 Juçara Tanajura – SINDUSCON BA
- 146 Moacir Tinoco - UCSAL
- 147 Corina Hellwig Cingolani - SETUR
- 148 Cristiane Soares Ferreira - SEPLAM

- 149 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBÁ